

AFINAL, QUEM É A MULHER DE VERDADE?
– UM ESTUDO LEXICAL, ANTES DO MAIS

Maria Emília Barcellos da Silva
UFRJ/UERJ

A tradição ocidental judaico-cristã instaurou o mito da dependência feminina em relação ao ser masculino com a narrativa da criação da mulher, a partir de uma costela de Adão, fato que erigiu os contornos de uma sociedade estatuída em bases patriarcais, fortalecidas pelo banimento da contestadora Lilith, figura capaz de esculpir um comportamento diferente daquele arbitrado como compatível com o “sexo frágil”, “segundo sexo”, “sexo submisso” e outros que-tais.

A óptica pela qual cada cultura vê as suas mulheres varia em função dos fatores e das condições civilizatórias que suscitam e modelam condutas e atitudes dos seus planejadores e construtores. Em todas as sociedades, em todos os tempos, a humanidade elaborou uma divisão biológica do trabalho muitas vezes ligada, remota ou proximamente, às diferenças originais que orientam primariamente os indivíduos. É indiscutível que a cultura, a um só tempo, molda e limita os seres que a determinam, autorizando o que será pensado e sentido pelos copartícipes grupais. No entanto, mesmo as diferenças físicas e sociais – marcantes e marcadas – são vistas e ponderadas diversamente pelas várias culturas: o que é considerada conduta feminina por uma pode ser havida como masculina por outra: exemplo disso é o fato de, na ocidental, à guisa de proteção, a mulher preceder o homem nos deslocamentos; na oriental e na sociedade silvícola, é ele quem vai à frente, concebendo o seu protecionismo por outros entendimentos; em certas comunidades rurais, especialmente as dos habitantes do chaco paraguaio, o resguardo pós-parto, por exemplo, é prerrogativa do pai da criança, enquanto a mãe não interrompe a sua lida, seja na lavoura seja na casa, além do tempo necessária para dar à luz o seu filho.

A sociedade ocidental rotulou determinadas atitudes como ou masculinas ou femininas, segundo o seguinte quadro de especificações elaborado a partir de depoimentos colhidos em pesquisa realizada durante o segundo semestre de 97 e o primeiro de 98, com cariocas adultos, de ambos os sexos, escolaridade mínima de segundo grau:

<i>características masculinas</i>	<i>característica femininas</i>
agressividade autoridade decisão vigor razão independência raciocínio analítico profundidade reflexiva discernimento	doçura submissão timidez sensibilidade emoção dependência ilogicidade superficialidade intuição

Considerada a atualidade da recolha dos dados, observa-se que as atitudes arroladas decorrem de visadas bastante ultrapassadas que tentam explicar o mundo como, de há muito, se convencionou ser ele estabelecido, sem atentar para a falta de ressonância com o que se verifica cotidianamente: são mantidos e, cobrados de uns e de outros – ao sabor da conveniência –, os rótulos que não mais correspondem à realidade dos indivíduos construtores, por igual, da realidade que os acolhe.

Alguns informantes do sexo masculino, de mais de 50 anos, declararam-se saudosos do tempo em que à mulher cabiam três elocuições bastantes e suficientes para justificarem o seu estar-no-mundo:

“shiit, galinha; cala a boca, criança e sim senhor, meu marido”.

A experiência e a observação dos fatos reiteram que a Natureza cria seres masculinos e femininos, e os valores culturais recortam a espécie em homens e mulheres, buscando, com isso, administrar, senão minimizar, a ação destas, praticamente, definido-a como “deficientes sociais”.

Cabe aqui fazer a distinção necessária entre “gênero” e “sexo”: “gênero” é um produto social aprendido – daí a dicotomia “homem/ mulher”; “sexo” é o equipamento biológico sexual – daí a dicotomia “macho/ fêmea”. A respeito desses entendimentos, manifestam-se estudiosos de várias áreas do saber, entre eles, Simone de Beauvoir, que declara “nascemos macho e fêmea e tornamos homem e mulher”. Decorre dessa reflexão que, sendo esse um comportamento aprendido, ele pode ser modificado segundo os ditames das circunstâncias: tem-se uma Margareth Thatcher (realizando tarefas até então confiadas a ho-

mens) e tem-se um Barishnikov (maravilhando o mundo com leveza, graça e ritmo sem prejuízo maior do seu compromisso com a masculinidade).

A Educação, não a realizada em prol da repetição pura e simples do consabido, mas a calcada em procedimentos reflexivos e criativos, seria a única estratégia capaz de forjar o penhor dessa igualdade – fora dela só se pode esperar o acirramento da miopia das gentes quando se trata de visualizar e praticar o discurso das identidades e das semelhanças.

Sendo a língua inalienável do nicho social em que ela se desenvolve, pela análise dos usos lingüísticos que dela faz a comunidade que a pratica, chega-se à apreensão das características desse mesmo grupo de falantes. Em que pese aos avanços políticos e científicos registados na história da humanidade, a desigualdade dos papéis masculino e feminino ainda é colhida do aparato lingüístico empregado pelos informantes, como a seguir se descreverá. O *corpus* que sustenta este estudo foi eliciado, especialmente, do léxico carioca, encaixando expressões ocorrentes quer na oralidade espontânea, quer na escrita. Assim sendo, centra-se o trabalho em dois focos principais – o das regras gramaticais e o dos itens lexicais analisados consoante a teoria e a terminologia cunhadas por Pottier.

A onipresença masculina, fortalecida tanto na administração familiar quanto fora dela, é reiterada e consagrada na estrutura gramatical da língua pelo uso do masculino como forma de gênero não-marcado, tomado, pois, como base do sistema: o feminino é, geralmente, descrito como variação morfológica do masculino. A ascensão de mulheres a cargos e funções, antes só confiadas e desempenhadas por homens, de quando em vez sacode estruturas sociais e gramaticais estabelecidas para rotular e expressar as novidades funcionais; vai daí que o léxico se expande na condição de inventário aberto a ser preenchido pelas novidades das práticas humanas – ministro, presidente, senador e, até mesmo, professor adjunto clamam por novas acomodações expressivas para dar conta dos entes que deixam o abrigo – nem sempre cômodo – dos emaranhados do lar para se expor às agruras de estruturar a sua cidadania. Esse percurso traçado do recôndito do lar para o lado externo à vida familiar é bem descrito no excerto da poeta gaúcha Suzana Vargas:

*“não me confino às curvas da cozinha;
deixei as cascas dos tomates e
aprendi a me cortar sozinha.”*

Ainda nos limites da Morfossintaxe, é alardeado, entre outras prescrições, que o feminino seja indicado pela desinência {a} em oposição à {zero} do

masculino; por outro lado, quando se faz necessária a concordância nominal, o gênero e o número do nome regram a escolha a ser operada. No entanto, se estão envolvidos nomes masculinos e femininos reza no discurso normativo que os elementos adjetivais sejam empregados no masculino, desconsiderando o número de entes femininos envolvidos na elocução.

Dentre as classes e subclasses gramaticais que corroboram o intento de esmaecer a figura feminina também nas formas de expressão, assomam os pronomes: por ora tratar-se-á especialmente dos indefinidos referentes à pessoa – *ninguém, alguém, outrem*, que não apresentam marca específica de gênero, quando presentes nos jogos de concordância, recebem o tratamento dispensado ao masculino. Por outro lado, quando a forma feminina comparece em estruturas que envolvam indefinidos, ela se refere não ao indefinido mas à pessoa a quem esses pronomes se ligam: “*ninguém é culpado*”// “*e a bruxa perguntou quem é mais bela do que eu?*”. Portanto, quando o gênero gramatical não é determinado nem conhecido, a opção é pela forma masculina, a guindada ao *status* de representante da espécie.

No mesmo rumo de raciocínio, atuam os pronomes pessoais retos, em que o emprego de *eles* recobre *ele + ela*; esse procedimento não se restringe ao português: uma análise comparativa comprovaria ser esse um universal lingüístico, como universal é a assunção da mulher como ser aparentemente destinado à subalternidade na escala das gentes.

Quando os gêneros concorrem numa mesma estrutura e se estiver a operar com adjetivos pospostos, eles são empregados no masculino plural, embora seja tolerada a concordância com o gênero do nome mais próximo, acionando-se, para tanto, a ingerência atrativa.

Relacionam-se e agrupam-se, a seguir, dados colhidos dos inquiridos e que respondem a questões do tipo “*comprove a predominância do masculino a partir de expressões usadas em diferentes graus de formalidade*”:

- | | | |
|---|--|--|
| I. irmãos
reis
alunos
homem | II. a) o homem é mortal
b) o homem foi à Lua
c) o homem descobriu o rádio
d) o homem inventou o rádio | III. o homem de Neanderthal
o homem de Java
o homem de Pequim
o homem do Pacoval |
| IV. doutor/ doutora
ator/ atriz
poeta/poetisa
ministro/ ministra
embaixador/ embaixatriz/ embaixadora | ministro/ ministra
cozinheiro/ cozinheira
costureiro/ costureira | IV. diplomata
monarquista
político
morador
professor adjunto
professor doutor |

Em I, ratifica-se o predomínio masculino sobre referências femininas ao se listarem lexias que sintetizam gêneros diferentes, quando se designam membros de uma classe.

Em II a), o termo “homem” equivale à “humanidade”; no entanto, em II b) tal generalidade cede espaço ao específico, ao particular, pelo teor histórico da afirmação. Em II c), a lexia volta a recobrir os dois gêneros, posto que é reconhecida a parceria de uma mulher nesse processo específico de “descobrir”; em II d), também é o verbo, associado ao conhecimento histórico, que faz o termo “homem” investir-se do sentido específico: se, nos enunciados arrolados, fosse substituído o vocábulo “homem” por “mulher” – diferentemente do que acontece – estar-se-ia alijando o ser masculino da descrição, pois a definição “*qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta maior grau de complexidade evolutiva*” predica “homem” no seu aspecto essencial; em consequência disso, para expressar algo básico, o falante vê-se obrigado a operar a lexia “homem”. Em enunciados desse teor, cabe, portanto, ao arcabouço semêmico dos verbos empregados, o alargamento ou a restrição significativa do termo *homem*.

Em III, apesar da óbvia e necessária existência de mulheres entre os indivíduos pré-históricos, não se contemplam expressões paralelas cujo núcleo ostente a palavra “mulher”. Em enunciados que envolvam expressões do tipo

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| a 1) origem do homem | b 1) origem da mulher |
| a 2) evolução do homem | b 2) evolução da mulher, |

a informação percorrerá caminhos diversos: certamente, nas elocuições listadas em b 1) e b 2), acabar-se-á chegando à famosa “costela adâmica”, pedra-de-toque do discurso de submissão feminino em relação ao homem-masculino.

Em IV, demonstra-se o uso genérico do masculino verberado na denominação das profissões. Ainda que dispondo dos instrumentos lingüísticos geradores de feminino, certos nomes de profissões mantêm-se na forma masculina mesmo quando se tratar de mulheres – e mais: quando marcados pela flexão de feminino, reforçada pelo acréscimo sufixal ao radical em causa, em pleno processo de derivação; quando derivado, o termo assume traços de desprestígio, como é o caso de “poetisa” que, assim empregado, aponta mais para um capricho do que para um dom. Em cargo altamente prestigiado, como o de “ministro”, a aceitação da forma feminina é conquista recente; ainda assim, as mulheres que ocuparam esse cargo, em nível internacional (Indira Gandhi, Golda Meyr, Margareth Thatcher) são preferentemente referidas no masculino. O caso

de “embaixador” é bastante significativo: a forma “embaixatriz” aponta para uma clara dependência do ser feminino, enquanto “embaixadora” revela a ascensão da mulher, em *status* diverso do até então atribuído à mulher. Em profissões relacionadas a serviços domésticos, a maior frequência é de nomes femininos que, quando reportados na forma masculina, denotam maior prestígio (cozinheira/ cozinheiro; costureiro/ costureira).

Em V, listam-se termos que, ao serem definidos no dicionário, são sempre relacionados a seres masculinos, à guisa de generalização, independente do sexo de quem viabilizar o exercício funcional subjacente ao termo: respectivamente, “*diplomata* – funcionário pertencente ao quadro de serviço diplomático...”; “*monarquia* – Estado sob o governo de um monarca”; “*político* – aquele que trata ou se ocupa da política”; “*morador* – aquele que mora”. Na Constituição brasileira ou na regulamentação da vida universitária, todos os cargos são arrolados no masculino – presidente, senador, deputado, professor adjunto, professor doutor. como já se declarou anteriormente. Por extensão, é oportuno anotar que também a nomenclatura religiosa expressa a supremacia masculina, desde o “*em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*”: são masculinos tanto o Pai, quanto o Filho e o Espírito Santo. Para tormento das almas aflitas, que clamam por igualdade, Deus e o Diabo, passando pela falange de todos os anjos, arcanjos, querubins, zéfiros, serafins, tronos, também são masculinos; cabe apontar que a forma *anja*, em contrapartida, não participa do acervo vocabular sacramentado pelos dicionários da língua portuguesa, *deusa* paga o preço do profano e *diaba* só é empregado para emprego muito(íssimo) informal.

A preferência pelo masculino é incontestável na expressividade dos falantes, ainda que não se possa ignorar que os homens-masculinos foram os que mais produziram coisas para as sociedades. Essa predominância é de tal ordem que os meninos crescem ouvindo termos que os referendam favoravelmente, enquanto as meninas têm de aprender que, em alguns contextos, são homens e que chamar um homem de “mulher(zinha)” é uma das formas mais seguras de ofendê-lo seja qual for a sua inserção nas sendas da masculinidade, especialmente daquelas que concernem à “macheza” e as suas circunstâncias.

Os dicionários – esses prestigiados registros dos usos sociais, as verdadeiras e reverenciadas memórias da sociedade – atestam o tratamento diferenciado com que se qualificam as mulheres: um breve levantamento do que está arrolado na entrada “mulher” revela os preconceitos vigentes na sociedade ao se opor a designação de um ser masculino a um feminino. Tomando por base enunciados do tipo

homem público // mulher pública
 homem honesto // mulher honesta,

depreende-se que os adjetivos ligados ao substantivo “*homem*” não implicam condutas sexuais como acontece quando se elidem ao núcleo “*mulher*”; o caso de “*honesto*” referindo-se à mulher motivou a acepção 4 do verbete no Aurélio: “*casto, puro, virtuoso*”, bem distante de “*íntegro, probo, reto*” com que se qualifica o nome masculino. Para resgatar a honorabilidade feminina, parece suficiente elidi-la a um nome masculino, do tipo “*a mulher de César*”, (“a que tinha de ser e parecer honesta” – não por ela ou por sua escolha, mas pela contigüidade e convivência com o Imperador). Se ligada ao substantivo “*mulher*”, toda a expressão adjetiva carrega-se de traços pejorativos, como se constata em

mulher à toa	mulher da zona	
mulher da comédia	mulher de amor	<i>mulher do piolho</i>
mulher dama	mulher de má nota	mulher fatal
mulher da ponta da rua	mulher do fado	mulher perdida
mulher da rótula	mulher do mundo	mulher pública
mulher da rua	mulher do pala aberto	mulher vadia
mulher da vida	(à exceção de “mulher do piolho”, todas as lexias ora arroladas são perífrases de “meretriz”).	

Bem mais poderia ser dito sobre a mulher numa sociedade em que o julgamento prévio dos indivíduos começa pelas suas características sexuais. Buscou-se, por ora, demonstrar que, na boca do povo, ao expressar a sua visão-de-mundo, o falante declara que, embora perceba a mulher como membro necessário de uma sociedade, ele a opõe à classe de “ser humano” – essa desigualdade básica foi reiterada não só pelas escolhas léxicas com que são designados os entes femininos, como também pelo instigante câmbio de significados que circunscrevem o estar-no-mundo quando o referente é “mulher”. Das expressões citadas no *Aurélio* nucleadas em torno da palavra “homem”, 100% apresentam semas positivos; das que têm “mulher” por foco, cerca de 92% referem-se à atividade sexual e portam conotações negativas. Enquanto a lexia “*homem*” ou se refere à humanidade no seu todo ou ao ser masculino unicamente, “*mulher*” restringe-se sistematicamente ao ente feminino e, quase sempre, deprecia o ser a que designa, apelando, por isso, não raro, a recursos eufêmicos.

As próprias instituições que estabelecem as condutas desejáveis e esperadas dos pares sociais, as quais, quando banalizadas na fala popular, configuraram a amplitude da diversidade de tratamento dispensado ao homem e à mulher, explicitada pela seguinte regra:

*“um homem com muitas mulheres – poligamia;
uma mulher com muitos homens – poliandria;
um homem com uma só mulher – monotonia”.*

A dependência da mulher, estabelecida e cobrada por uma sociedade construída em moldes masculinos, é um aprendizado longo e continuado: desde a infância, os meninos são educados para “serem homens”; as meninas para “serem mocinhas/moças, nunca para “serem mulheres” (o que incorreria numa conotação depreciativa). Nessa conjuntura, tanto se fabrica a feminilidade como a masculinidade, a virilidade, a macheza.

As constatações até aqui propostas não se esgotam nas reflexões de cunho sociológico, antropológico ou mesmo religioso com que se tece este texto até este ponto; tais assertivas podem ser sonorizadas e ritmadas pelas e nas criações da MPB.

Com base num *corpus* estruturado por 12 músicas selecionadas do cancionário nacional, compostas no período entre 1940/ 1980, tituladas com nome de mulher, tal como se expõe no QUADRO 1, dá-se conta das visadas de mundo e dos estatutos organizadores das hierarquias vivenciais e vivenciadas que plenificam a aventura vital.

QUADRO 1

CORPUS	n° de lexias	CORPUS	n° de lexias	CORPUS	n° de lexias
1-Amélia	95	5-M.Betânia	127	9-Conceição	66
2-Emília	73	6-Dindi	122	10-Maria	129
3-Aurora	42	7-Helena	63	11-Tieta*	100
4-Marina	84	8-Laura	89	12-Maria-Maria*	113

(* obras não quantificadas nos quadros 2 e 3).

Para prestar contas ao compromisso lingüístico – em verdade, o tracejador da circunstância que ora se trabalham – distribuíram-se as lexias textuais dos discursos musicais em categorias morfossintáticas, apresentando tais itens,

segundo a frequência absoluta ditada pela relação com a totalidade de cada canção. (Q 2).

QUADRO 2

CLASSES GRAMATICAIS	OCORRÊNCIA Média
S.CONCRETO	23,6
S.ABSTRATO	4,2
ADJETIVO	3,0
VBO.	21,4
ADVÉRBIOS	7,7
PR.PESSOAL	8,2
PRONOME	9,3
CONJUNÇÃO	4,8
PREPOSIÇÃO	9,7
ARTIGO	5,3
INTERJEIÇÃO	2,5
EXPLETIVO	0,3

(Valores absolutos dos itens lexicais distribuídos por classe gramatical e por composição selecionada)

O QUADRO 3 apresenta o *rang* das escolhas morfossintáticas, com os percentuais das médias das frequências absolutas, avaliadas em cada classe considerada.

QUADRO 3

RANG	Nº 01	Nº 02	Nº 03	Nº 04	Nº 05	Nº 06	Nº 07	Nº08	Nº09	Nº10	Total
1-s.conc	21,70	17,80	22,22	13,09	19,68	18,85	15,87	40,44	13,63	21,70	20,49
2-verbo	17,05	24,65	8,88	23,80	19,68	22,95	25,39	8,98	31,81	17,05	20,02
3-pron	12,40	6,84	0	11,90	11,81	9,83	7,93	6,47	12,12	12,40	9,17
4-prep	18,60	12,32	8,88	7,14	13,38	5,73	6,34	0	0	18,60	9,09
5-p.pes	7,75	10,95	6,66	19,04	9,44	10,65	7,93	0	7,57	7,57	8,75
6-adv	6,97	12,32	4,44	10,71	8,66	9,01	9,52	2,24	13,63	6,97	8,44
7-art	3,10	4,10	4,44	1,19	3,93	5,73	8,51	22,40	4,54	3,10	6,10
8-conj	3,87	5,47	8,88	4,76	3,93	7,37	4,76	2,24	10,60	3,87	5,57
9-interj	0,77	1,36	26,66	0	0	2,45	1,58	4,49	3,03	0,77	4,11
10-adj.	3,87	2,73	0	0	8,66	4,09	6,34	10,11	1,15	3,87	4,08
11-explet	0	0	3,00	3,57	0	0	0	0	0	0	0,35

(Rang das classes gramaticais distribuídas em percentuais e pelo *corpus* selecionado).

As hipóteses de natureza extralingüística foram suscitadas pela seleção de núcleos preenchidos por nomes marcados pelo feminino.

As composições selecionadas permitiram retratar o imaginário nacional que se sustenta, mais claramente, nas classes média e baixa – e mais veladamente na classe alta – uma concepção de modelo feminino que, surpreendentemente pouco mudou nesse quase meio século de corte temporal proposto.

As criações aqui referidas deram conta da constante disputa entre o desejo e a interdição que não se desfez nem se atenuou quando posta na pena de um Vinicius de Moraes ou de um Chico Buarque, haja vista, respectivamente, as composições “**Minha namorada**” e “**Geni e o Zepelin**”: na primeira, para “**ser a amada**” do poeta, ele exigia o cumprimento de um decálogo comportamental que ia desde o que deveria ser pensado até o modo como a mulher deveria falar para poder ocupar bem mais uma função do que um estado relacional de base afetiva; na segunda, a personagem, “**cujo corpo era dos errantes, dos cegos e dos retirantes e de quem não tinha mais nada**” e, por isso, era discriminada por todos, foi alvo da insistência dos cidadãos modelares que, “**em romaria pela cidade e pelo bispo de olhos vermelhos**”, suplicavam para que Geni satisfizesse os desejos do alienígena; não obstante, cumprida a missão de serenar os ímpetos do guerreiro, volta ela a ser escoraçada pelos moradores por força da mesma conduta com a qual salvara a cidade, conduta essa que transita do moral para o imoral conforme a necessidade dos privilegiados, dos “donos da verdade”.

Pelo que está dito nas letras selecionadas, à mulher coube por acordo – com o qual ela mesma, por vezes, pactua – papéis situados, sem maiores discussões, em pólos opostos de uma mesma linha de comportamental: num extremo, instala-se como a mãe provedora, santa (tão mais santa quanto mais distante no tempo e no espaço); avançando o ponto de observação nesse mesmo **continuum**, encontra-se a companheira, a cúmplice, mais raramente a **partner** sexual, depois a transgressora do **consuetudo** – esta numa vizinhança bastante contígua à “pecadora”, fonte de todo o mal do homem e, por extensão, da perversão do mundo.

Na voz do que se concebeu como música popular brasileira distribuída por nada menos do que quatro décadas, a figura da mulher é freqüentemente louvada pela doação total de si mesma e pela anulação que faz de todas as suas competências, principalmente, se forem aquelas que capacitam a realização de um indivíduo mentalmente bem dotado: tão mais louvados quanto mais desistirem de tudo em prol do outro, seja ele filho, marido, irmão, chefe ou grupo familiar.

Observando-se o quadro 2, depreende-se

a) a predominância dos substantivos concretos ante as demais subclasses, despontando a relevância emprestada ao campo físico em que a mulher se desloca em detrimento da mínima abstração que a ela possa ser relacionada;

b) a surpreendente cotação mínima dos adjetivos na escolha vocabular, significativamente relacionados a dotes femininos predominantemente físicos (“**morena, linda, igual, sincera**”); comparecem em número inferior aos atribuídos aos homens-personagens e, então, referem-se a estados d’alma (“**tristonho, cansado, desesperado, estranho, ceguinho, juntinho, coitadinho, pobre**”) e a coisas (“**refrigerado, bom, grande, defeito**”); não raro a casa predicativa é ocupada pelo substantivo “**mulher**”, que transita da condição de substantivo para a de adjetivo, qualificando nada mais nada menos do que o indefinido não-marcado “**aquilo**” ou o substantivo “**coisa**”: “**aquilo sim é que era mulher**”/“**você é a coisa mais linda**”;

c) o lugar ocupado pelos predicados verbais, nominais ou verbos-nominais (**rang 2**) em que pese à presença do verbo “ser”. Quando se ligam a sujeitos de núcleo marcado pelo feminino, os predicados, em sua maioria, circunscrevem-se aos limites e às intimidades do lar (**lavar, cozinhar, fazer-me carinho**); quando referendam atitudes intelectivas, as ações complementam-se com objetos cujo núcleo se insere na área do prosaico e do vulgar (“**pensar em luxo e riqueza, não saber o que é consciência, sonhar com que o morro não tem, fazer exigências, achar bonito não ter o que comer**”); as ações indicativas de posse sempre visam a itens da área do consumo, e as que podem apontar ascensão social implicam que esta é sempre obtida pelo concurso direto do homem (“**tudo que você vê você quer/ teria um lindo apartamento com porteiro e elevador, teria madame antes do nome/você não arranjava outro igual**”); os verbos que denotam afeto, sistematicamente, apresentam a mulher como sujeito ativo e, no máximo, é-lhe concedido o espaço da casa sintática reservada aos objetos – na sua maioria “objetos diretos”, o que preconiza uma possível apassivação (“**deixa que eu te adore/ o bem que eu te quero**”);

d) a predominância dos advérbios de tempo e de lugar, e o de negação dissemina-se praticamente em todos os elementos constituintes do *corpus*;

e) a supremacia do emprego de pronomes possessivos, sendo os de primeira pessoa os preponderantes; quando ligados a pronome de primeira pessoa, esta sempre se refere ao homem-personagem;

f) coerentemente ao item e), os pronomes pessoais retos e oblíquos são expressivamente de primeira pessoa, muito embora o título das composições permitisse uma expectativa de ocorrência da segunda pessoa;

g) das conjunções, a mais presente é a aditiva “e”, o que garante a seqüencialidade do discurso poético;

h) o **rang** 4 ocupado pelas preposições, de certa forma, deve-se à alta incidência de frases nominais, principalmente em decorrência da contribuição das composições “Emília” e “Maria Bethânia”, que, reconhecidamente, destorceram a quantificação;

i) a classe dos artigos preencheu fracamente o **rang** 7, apesar de outros estudos, como os do Professor Antônio Geraldo da Cunha (da “Casa de Rui Barbosa”) apontarem o artigo “a” como o item e maior incidência na Língua Portuguesa;

j) as interjeições – aqui consideradas à parte em virtude da natureza marcadamente emocional do **corpus** selecionado – surpreendentemente superaram os substantivos abstratos em quantificação, ainda que se reconheça o peso da contribuição interjectiva ocorrente em “Aurora”;

l) os elementos expletivos foram palidamente representados neste levantamento, ocupando o último **rang** na cotação geral.

Com base nos demonstrativos elaborados e aqui explorados, afirma-se que, apesar dos esforços em prol da igualdade que marcam os nossos dias, a mulher ainda tem uma longa estrada a percorrer para se livrar dos grilhões que lhe foram impostos por milênios de servidão e mitificação de tabus, em especial os referentes ao seu poder decisório e a sua sexualidade. Também se pode cogitar que, quando rompe as fronteiras que lhes são consentidas, a mulher se revela, via de regra, uma pessoa que dificilmente disfarça a sua revolta atávica, tornando-se árida de afeto: distancia-se definitivamente – ou quase – das oportunidades de gozo da sua sensualidade e cerceia vigorosamente o seu erotismo. Tais constatações possibilitam cogitar que a “mulher de verdade” assim o seria por se tornar intangível às carícias de um par, avessa aos devaneios e desprendimentos só justificáveis pelos holocaustos que só o desvelo amoroso compensa e proporciona, na medida em que acena com paraísos impensados. No caso específico do arquétipo “Amélia”, que, de certa forma, instiga esta reflexão sobre o ideário feminino, reitera-se o fato de que ela nunca é presentificada mas só referida no pretérito (“**era, passava, gostava, sabia**”); cabe perguntar se ela não se terá liberado ou libertado em vão, uma vez que pouco se pode esperar de alguém cujo padrão comportamental é marcado pela conformidade; faz-se legítimo pensar que ela apenas deva ter “mudado de dono”.

A “Amélia” da canção é hiperbólica apesar de cotidiana; consegue ser nem rainha nem escrava, e a sua maior virtude inscreve-se num possível ma-

soquismo, cuja exacerbação tem por lema “**achar bonito não ter o que comer**” e conseguir “**alegrar-se**” com a fome que lhe bate à porta; no entanto cabe questionar-se a que tipo de fome Amélia se submete e qual teria sido a carência que a levou a “desertar”: fome de quê? quanto terá ela resistido à carência física tão convenientemente louvada pelo companheiro simplista? qual terá sido a “gota d’água” para que ela se evadisse? quanto teria pesado para a sua saturação o conceito exarado pelo amante no que se refere, por exemplo, ao que seja “**ter consciência?**” Onde estariam traçadas as fronteiras familiares de “Amélia-lembrança”? E mais, onde estaria ela agora, heroína ausente e santificada, já que o tempo presente do amante é preenchido pela “substituta” que se inscreve no grupo das que suprem as suas carências com a exploração desmedida e compulsiva do trabalho do companheiro? Se Amélia é a “mulher de verdade”, por oposição, a sua sucessora é, então, a “mulher de mentira”, mas é esta que está viva e presente, satisfazendo-se no exercício de teúda-emanteúda do lacrimoso parceiro, na medida em que “**tudo que vê (ela) quer**”: se a consagrada “**mulher de verdade**” não preenche as exigências do *ego-hic-et-nunc* com que se estabelece uma ação presente, tem-se de sucumbir ao fato de que o ideal de mulher, para se sustentar, tem de acionar uma inversão no eixo verdade-mentira. E mais: se Amélia confessadamente não “**tinha nenhuma vaidade**” (do latim, *vanitas*, de *vanus*”, “vazio”) era também – e por isso mesmo – um ser incompleto, longe, portanto, da perfeição acalentada pelo discurso masculino.

A radicalização dos papéis femininos expressados pelos dados em tela dá conta da fantasia que relata a luta sem guarida entre o desejo físico e o constrangimento socialmente definido das mulheres que parece se dividirem contraditoriamente ao se realizarem de acordo com os seus próprios desígnios, sem pré-julgamento do que é conveniente ou permitido, sem, por se autodeterminarem, ter de ocupar irreversivelmente ou o nicho do lar ou o reduto do prostíbulo – não se esquecendo que, redoma ou lupanar, esses espaços resultam da mensuração masculina. Em “Tieta”, por exemplo, em que se poderia suspeitar de uma aparente ruptura dos padrões conservadores (uma vez que dela parece advirem as decisões de “**vir com calor, sem pudor, p’ra tirar nosso juízo**”, rompendo-se assim o estatuto preestabelecido pelo qual não cabe à mulher a iniciativa nem da escolha da parceria nem do jogo amoroso), a uma leitura mais atenta, revela-se, em verdade, que a personagem feminina nada mais faz do que atender ao chamado masculino, circunscrevendo-se, desse modo, num dos pólos da linha de desempenho consentido já aludido.

Com base no levantamento lexicográfico, morfossintático e semântico propiciado pelos *data* do *corpus*, pode-se apontar que o contraponto da ação

sistematicamente atribuída à mulher inventada, a partir do ideário coletivo, explicita-se em “Maria-Maria”, posto que a personagem se instaura sem submissão a parâmetros outros que não os concernentes ao ser humano, sem limitações traçadas pelo enquadramento biológico: “Maria-Maria” se define a partir dela mesma, pela força do que propõe, denuncia, sustenta. Os adjetivos a ela atribuídos são funcionais – são substantivos, abstratos em sua totalidade, os que ocupam a casa predicativa: Maria é **“dom, magia, força, som, cor, suor, dose mais forte/mais lenta”**; os verbos nocionais em que ela atua como sujeito visam aos princípios fundamentais da vida: **“merece viver e amar, ri quando deve chorar, agüenta, tem raça, tem gana, mistura dor e alegria”**. Em “Maria-Maria”, louva-se o ente construtor do seu espaço as suas próprias custas, o que conquistou, com seu esforço, o direito de preenchê-lo como bem entender, livre dos estereótipos sociais. “Maria-Maria” atua como o ato inaugural de uma nova visão especular do papel reservado às mulheres na sociedade moderna.

Pelo exposto e comprovado pelos dados coligidos, tanto as amélias quanto as suas contrapartidas obscurecem o verdadeiro ser-mulher e revelam os recônditos dos processos psíquicos que limitam a trajetória das criaturas que, sufocadas pelo desejo e pela ânsia de saciar a sua fome quer física quer anímica, acabam impedidas de contemplar e de partilhar o incomparável espetáculo da Vida.

Bem mais poderia ser dito – reitera-se – sobre a mulher que, quando posta na boca do povo, revela o pensamento de uma cultura, os seus condicionamentos, estereótipos, a moral imposta, a desigualdade dos papéis masculinos e femininos, enfim a duplicidade de valores – social e sexual – com que se escreve e direciona a história das gentes.

Por fim, à guisa de conclusão, declara-se que, apesar dos avanços realizados na arte de conviver, as mulheres, “ensinadas” desde a mais tenra infância, parece estarem fadadas, por mais algumas gerações, a beijar sapos para depois engoli-los transmutados em príncipes (não obrigatoriamente nessa ordem), tal como se pode depreender da quadrinha declamada, sem culpa e com muito dengo, por uma informante da pesquisa, 18 anos, moradora da zona sul do Rio de Janeiro:

*Os homens são uns diabos,
não mulher que o negue,
mas todas estão à espera
de um diabo que as carregue.*

Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*. São Paulo, v. 28, supl. P.1-26, 1984.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Helena Parente. *Mulheres inventadas*; leitura psicanalítica de textos na voz masculina. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.
- KOOGAN, Houaiss. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro, Edições Delta, 1997.
- LAKOFF, Robin. Language and woman's place. *Language in Society*, 2(1): 45-80, Apr. 1973.
- PAIVA, Vera. *Evas, Marias, Liliths...*as voltas do feminino. Distrito Federal, Editora Brasiliense, 1990.
- QUINTAS, Fátima. *A mulher e a família no final do século XX*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2000.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith; a lua negra*. São Paulo, Editora Paz e Terra S/A, 1987.
- VILELA, Mário. *Dicionário do Português básico*. Porto: Edições ASA, 1991.
- YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, doc. 75, 1992.